

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
NOTA DO AUTOR.....	11

CAPÍTULO I. ANOTAÇÕES EM DIREITO ECONÔMICO

1	PRIMEIRAS NOÇÕES	23
1.1	Surgimento do Direito Econômico	23
1.2	Conceito de Direito Econômico.....	24
1.3	O Direito Econômico como um ramo autônomo do Direito	25
1.4	O Direito Econômico como um processo de juridicização da Política Econômica	25
1.5	Os sujeitos que participam da política econômica.....	26
1.6	O Direito Econômico como um conjunto de normas de conteúdo econômico	27
1.7	O Direito Econômico e a defesa e a harmonia dos interesses individuais e coletivos	29
1.8	O Direito Econômico e a sua relação com a ideologia adotada pela Constituição.....	29
1.9	Objeto do Direito Econômico.....	30
1.10	Autonomia do Direito Econômico e a Competência legislativa	31
1.11	Sobre uma teoria geral do direito econômico	32
1.12	Direito da Economia x Direito Econômico.....	32
1.13	Fontes do Direito Econômico	33
1.14	Análise Econômica do Direito	34
1.14.1	Introdução.....	34
1.14.2	Conceito de Análise Econômica do Direito	36
1.14.3	Justificativa da Análise Econômica do Direito	37
1.14.4	Juseconomia	38
1.14.5	O Direito sem a AED	38
1.14.6	O Direito com a AED	39
1.14.7	Justiça x Eficiência	39
1.14.8	Conveniência ou não da adoção do critério eficiência como critério de Justiça	40
1.14.9	Conclusão	41

1.15	Visão Econométrica do Direito	41
1.16	Hermenêutica em Direito Econômico	43
1.17	O Liberalismo Econômico e o Estado Intervencionista.....	48
2	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA.....	50
2.1	Surgimento da Constituição Econômica.....	50
2.2	Ordem Econômica	51
2.3	A Constituição de 1988	52
2.4	Conceito de Sistema Econômico	53
2.5	Conceito de Constituição Econômica	53
2.6	Temas da constituição econômica	55
2.7	Artigos da Constituição Econômica	57
3	ORDEM ECONÔMICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	62
3.1	ORDEM ECONÔMICA: Fundamentos	62
3.1.1	Diferença entre fundamento e princípio da ordem econômica	62
3.1.2	Valorização do Trabalho humano.....	62
3.1.3	Livre Iniciativa	66
3.2	ORDEM ECONÔMICA: Finalidade	72
3.2.1	Assegurar a todos existência digna	72
3.2.2	Justiça social como fim da ordem econômica	75
3.3	ORDEM ECONÔMICA: Princípios	78
3.3.1	Princípio constitucional econômico da soberania nacional	78
3.3.2	Princípio constitucional econômico da propriedade privada.....	84
3.3.3	O princípio constitucional econômico da função social da propriedade.....	88
3.3.4	O princípio constitucional econômico da livre concorrência	90
3.3.5	O princípio constitucional econômico da defesa do consumidor.....	92
3.3.6	O princípio constitucional econômico da defesa do meio ambiente	97
3.3.7	O princípio constitucional econômico da redução das desigualdades regionais e sociais	103
3.3.8	O princípio constitucional econômico da busca do pleno emprego	106
3.3.9	Princípio constitucional econômico do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País	109

3.4	Princípio do livre exercício de qualquer atividade econômica.....	112
3.5	Os princípios constitucionais econômicos não são antinômicos. Estão em tensão.....	115
3.6	Os limites da atuação interventiva do Estado fazem parte do regramento jurídico da Economia.....	116
4	INTERVENÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO	118
4.1	Introdução.....	118
4.2	Técnicas de direção sobre o mercado.....	120
5	EXPLORAÇÃO DIRETA PELO ESTADO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (Art. 173).....	123
5.1	Introdução.....	123
5.2	Empresas estatais que exercem atividade econômica.....	124
5.3	Estatuto Jurídico das empresas estatais que exploram atividade econômica (Art. 173, § 1º).....	126
5.4	Isonomia Fiscal entre empresas estatais que exploram atividade econômica e empresas privadas (Art. 173, § 2º).....	128
5.5	Relações da Empresa Pública com o Estado e a Sociedade	129
6	ESTADO. AGENTE NORMATIVO E REGULADOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 174)	131
6.1	A fiscalização da atividade econômica	132
6.2	O incentivo da atividade econômica	132
6.3	O planejamento da atividade econômica	133
6.3.1	Competência para o planejamento da atividade econômica.....	135
6.3.2	Eficácia normativa do planejamento estatal.....	136
6.4	Planejamento com vistas ao Desenvolvimento Nacional (Art. 174, § 1º).....	138
6.5	Agências Reguladoras	139
6.5.1	Introdução.....	139
6.5.2	Regulação Estatal da Economia.....	142
6.5.3	A ideia de agência reguladora.....	142
6.5.4	Conceito	143
6.5.5	Funções	143
6.5.6	Autonomia da Agência Reguladora.....	144
6.5.7	Agência Reguladora, Legislativo e Judiciário.....	144
6.5.8	Um déficit na regulação econômica brasileira	145
6.5.9	Agência Reguladora, Lei e Legitimidade.....	145

7	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS (Art. 175)	148
7.1	Características Gerais das Empresas Estatais	152
7.2	Regime jurídico das empresas estatais que prestam serviço público.....	157
8	ATUAÇÃO ESTATAL NA ECONOMIA EM REGIME DE MONOPÓLIO	159
8.1	O monopólio estatal como atividade permitida pela Constituição	163
9	OUTROS PONTOS DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	166
9.1	Tratamento Jurídico do Capital Estrangeiro (Art. 172).....	166
9.2	Cooperativismo (Art. 174, § 2º).....	168
9.3	Atividade Garimpeira (Art. 174, §§ 3º e 4º).....	170
9.4	Responsabilidade da Pessoa Jurídica (Art. 173 § 5º)	171
9.5	Ordenação dos Transportes (Art. 178).....	177
9.6	Tratamento Jurídico Diferenciado às Micros e EPPs (art. 179)	180
9.7	Promoção e Incentivo ao Turismo (ART. 180)	203
9.8	Requisição ou Informação Feita por Autoridade Estrangeira (art. 181)	205
9.9	Jazidas. Recursos Minerais. Propriedade. Exploração e Aproveitamento. Autorização e Concessão. Limites. Interesse nacional	207
9.9.1	Conceito de jazidas.....	207
9.9.2	Conceito de mina	207
9.9.3	Conceito de lavra.....	207
9.9.4	Formas de aproveitamento e exploração das substâncias minerais	209
9.9.5	Limites ao aproveitamento e à exploração das substâncias minerais	211
10	GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MERCOSUL	211
10.1	Globalização	211
10.2	Rumos Possíveis	212
10.3	Integração Econômica	212
10.4	ALADI.....	214
10.5	Acordo Geral de Tarifas e Comércio - GATT	215
10.6	Organização Mundial do Comércio	217
10.7	Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.....	219
10.7.1	Antecedentes	219
10.7.2	Criação.....	220

10.7.3	A natureza jurídica do Mercosul	221
10.7.4	Princípios e Propósitos	222
10.7.5	Tratado de Assunção	223
10.7.6	Soluções de controvérsias no Mercosul	235
10.8	Defesa Comercial	237
10.8.1	Legislação	238
10.8.2	Medidas Antidumping	239
10.8.3	Medidas Compensatórias	241
10.8.4	Medidas de Salvaguarda	242
10.8.5	Procedimentos Administrativos para imposição de medidas de defesa	244
10.8.6	Defesa Comercial no Mercosul	247
10.8.7	Procedimento de Solução de Controvérsias na OMC	248

**CAPÍTULO II. DIREITO ECONÔMICO CONCORRENCIAL: A LEI Nº 12.529/11,
A PROTEÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA E O ANTITRUSTE**

1	A DEFESA DA CONCORRÊNCIA: PRIMEIRAS NOÇÕES	253
1.1	Introdução	253
1.2	Lei de Proteção da Ordem Econômica	256
1.3	A Importância da concorrência	257
1.4	Distinção entre iniciativa e livre concorrência	259
1.5	SBDC	260
1.6	CADE – Origens	260
1.7	Papel do CADE	262
1.8	Estrutura Organizacional do CADE	263
1.9	Composição do CADE	266
1.10	Ministério Público Federal junto ao CADE	266
1.11	Taxa Processual e Receitas do CADE	267
1.12	O Instituto da Consulta	268
1.13	Como atua o CADE no caso de infrações	269
1.14	Infração contra a Ordem Econômica	269
1.15	Caráter Repressivo da Lei e Caráter Preventivo da Lei	270
1.16	Atuação preventiva do CADE	271
1.17	Atuação repressiva do CADE	274
1.18	Papel educativo do CADE	275

1.19	Decisões do CADE e adequação à Constituição Econômica	276
1.20	Atribuições do SDE, da SEAE e do CADE previstas na Lei de Proteção da Ordem Econômica (Lei nº 8.884/94).....	277
1.21	Globalização Econômica e Concorrência	279
1.22	Conceito de Antitruste e seus objetivos.....	281
1.23	Influências da Lei brasileira de Defesa da Concorrência (Lei nº 8.884/94)	283
1.24	A Economização do Direito	285
1.25	Atuação Judicial Direta na Ordem Econômica através da Lei nº 8.884/94	287
1.26	Normas Antitrustes: instrumentos para implementação de uma política pública	288
1.27	A Lei nº 12.529/11 e o CDC	288
1.28	A Lei nº 12.529/11 e a Propriedade Industrial (ou intelectual)	290
1.29	Hermenêutica e interpretação das normas previstas na lei de proteção da Ordem Econômica (Lei nº 8.884/94)	291
1.30	Observações Finais	291
2	ANÁLISE DE ALGUNS ARTIGOS DA LEI Nº 12.529/11	293
2.1	Titularidade dos bens protegidos pela lei antitruste (Art. 1º, parágrafo único).....	293
2.1.1	Comportamento de agente econômico, efetividade do direito econômico concorrencial, liberdade e desenvolvimento.....	296
2.2	Princípio da territorialidade objetiva (Art. 2º).....	297
2.3	Procuradoria do CADE (art. 15).....	300
2.4	Abrangência da lei antitruste quanto às pessoas (Art. 31).....	301
2.4.1	CADE x Agências Reguladoras	303
2.4.2	Poder Público Econômico e Infração à Ordem Econômica.....	307
2.5	Atuação Estatal na Atividade Econômica e Defesa da Concorrência	308
2.6	Responsabilidade entre empresa e seu dirigente (art. 32)	309
2.7	Solidariedade de empresa integrante de grupo (Art. 33).....	310
2.8	Desconsideração da personalidade jurídica (Art. 34).....	310
2.9	O Art. 35 da lei e a independência das instancias	313
2.10	O Art. 47 da Lei nº 12.529/11	314
3	INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA	315
3.1	O poder econômico e seu uso abusivo.....	315
3.2	O poder de mercado: sua necessidade para a ocorrência de infração.....	317

3.3	Estrutura da norma caracterizadora da infração à ordem econômica	320
3.4	Exemplo	324
3.5	O elenco do parágrafo terceiro do artigo 36 é meramente exemplificativo das condutas infrativas	325
3.5.1	Técnica legislativa da lei nº 12.529/11	327
3.6	Infração contra a ordem Econômica e culpa	329
3.7	Espécies de infração	329
3.8	Limitar, falsear ou prejudicar a concorrência	331
3.9	Ampliação da parcela de mercado	332
3.10	Presunção <i>juris tantum</i> de posição dominante	333
3.11	Regra da razão e regra do Per Se	333
4	MERCADO RELEVANTE	336
4.1	Conceito de mercado relevante	336
4.2	Como delimitar o mercado relevante	338
4.3	Monopólio	339
4.4	Mercado Relevante. Dois aspectos fundamentais	339
4.5	Mercado relevante geográfico	340
4.6	Alguns aspectos que deverão ser levados em conta quando da delimitação do mercado relevante geográfico:	341
4.7	Mercado relevante geográfico mundial	342
4.8	Mercado relevante material (ou mercado relevante produto)	342
4.9	Presunção de fungibilidade	344
4.10	Tendência universal das autoridades antitruste em delimitar cada vez mais o mercado relevante material	346
4.11	Elasticidade do mercado relevante	346
5	AUMENTO ARBITRÁRIO DOS LUCROS	347
5.1	Ordem Constitucional Econômica e Lucratividade	347
5.2	Preços excessivos, aumento arbitrário dos lucros	348
5.3	O Consumidor e o aumento arbitrário dos lucros	350
6	ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE	351
6.1	Introdução	351
6.2	Definição de posição dominante	352
6.3	Ausência significativa de Riscos	354
6.4	Práticas cometidas pelo agente em posição dominante	355

6.5	Não se pune a posição dominante em si	356
6.6	Posição dominante e grupo de empresas	358
6.7	Indícios da existência de posição dominante	359
6.8	Práticas Típicas do Abuso de posição dominante	361
6.9	A utilização do critério do “abuso de direito” como delimitador da fronteira do uso-abuso do poder econômico	363
7	PENALIDADES	365
7.1	Introdução	365
7.2	Penalidades Não Pecuniárias	367
7.3	Responsabilidade dos administradores	371
7.4	Discricionariedade na dosagem da pena	372
7.6	Prescrição	374
8	ACORDOS ENTRE AGENTES ECONÔMICOS	375
8.1	Introdução	375
8.2	Classificação dos acordos segundo os mercados relevantes em que atuam os partícipes: acordos verticais e acordos horizontais	378
8.3	Acordos Horizontais: os cartéis	379
8.4	Cartéis de preços	381
8.5	Cartéis de Exportação	383
8.6	Cartéis internacionais	384
8.7	Acordos Verticais	386
9	PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO SBDC	388
9.1	As seis espécies de Procedimentos Administrativos	388
9.2	Procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica	388
9.3	Inquérito administrativo para apuração de infrações à ordem econômica	389
9.4	Processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações à ordem econômica	390
9.5	Processo administrativo para análise de ato de concentração econômica	392
9.6	Procedimento administrativo para apuração de ato de concentração econômica	396
9.7	Processo administrativo para imposição de sanções processuais incidentais	398
9.8	A intervenção de terceiros nos processos administrativos	400

9.9	Prioridade da análise dos Atos de Concentração	400
9.10	Sessões de Julgamentos no CADE	400
9.11	Medida preventiva (Art. 84)	400
9.12	Compromisso de Cessação (Art. 85)	401
9.13	Acordo de Leniência	405
9.13.1	Introdução.....	405
9.13.2	Programa de Leniência.....	405
9.13.3	Requisitos.....	406
9.13.4	Benefícios.....	407
9.13.5	Confidencialidade	408
9.13.6	Programa de Leniência e cartéis internacionais.....	409
9.13.7	Acordo de Leniência e danos a terceiros pela prática de infração à ordem econômica	409
9.13.8	Propostas de Acordo Recusadas	410
9.13.9	Artigo Pertinente.....	410
9.13.10	Efeitos criminais do acordo de leniência (Art. 87).....	412
9.14	Da Consulta	413
9.15	Participação do CADE em processos judiciais	413
9.16	Inaplicabilidade da lei a casos específicos.....	413
10.	NOTAS SOBRE AS CONCENTRAÇÕES ECONÔMICAS.....	414
10.1	Introdução.....	414
10.2	Classificação das concentrações	417
10.3	Concentração Conglomerada e Concorrência Potencial	419
10.4	Principais razões e argumentos favoráveis às concentrações.....	420
10.5	Argumentos contrários às concentrações.....	421
10.6	Avaliação das concentrações	421
10.7	Necessidade de aprovação prévia pelo CADE	423
10.8	Autorização precária e liminar para a realização de ato de concentração econômica e decretação de medida cautelar.....	425
11	SÚMULAS DO CADE	428
	ANEXO - PEQUENO VOCABULÁRIO EM DIREITO ECONÔMICO E ECONOMIA	431